

## Partido dos Trabalhadores

### PROPOSTA DO PT EM RELAÇÃO AO PNRA

1. O PT considera que a socialização dos meios de produção, inclusive a terra, é a forma mais adequada para construir uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem.

Coerente com a sua posição, o PT é de opinião que tanto para os trabalhadores assalariados do campo quanto para os milhões de trabalhadores rurais que são proprietários de seus meios de existência, a melhor solução será o socialismo.

Entretanto, tendo em conta que, em sua imensa maioria, eles não viveram a experiência histórica da propriedade da terra, sempre tolhidos pelos latifundiários, o PT apóia sua aspiração à democratização da propriedade fundiária, expressa na proposta de Reforma agrária ampla, massiva, imediata e dirigida por eles próprios.

2. Por esse motivo, o PT sempre considerou que o Estatuto da Terra, promulgado no governo do general Castelo Branco, era e é insuficiente. Sua aplicação agravou o acelerado processo de concentração fundiária e de expropriação do campesinato. Trezentos e quarenta e dois latifundiários são donos, hoje, de 47 milhões de hectares de terras, mas do que possuem 2,5 milhões de minifundistas. Menos de 100 mil proprietários abarcam mais de 70% de todas as terras ocupadas, enquanto cerca de 8 milhões de lavradores não possuem terra própria ou possuem muito pouca e outros 6 milhões são assalariados permanentes e temporários. Apesar disso, o PT não ignora que existem no Estatuto da Terra dispositivos que, se aplicados, poderão eventualmente dar início a um processo de reforma.

3. O PT não nutre ilusões quanto ao caráter e amplitude do Plano de Reforma Agrária apresentada pelo Governo Sarney. Ele é tímido quanto às necessidades globais do campesinato e da própria economia brasileira. O PT reconhece, porém, que a proposta do

MIRAD/INCRA, é um avanço, pesem as limitações que apresenta, pois voltou a despertar a esperança de milhões de camponeses em concretizar seu acesso a terra. Tendo um sentido nitidamente anti-latifundiário, o Plano despertou o ódio e a reação dos latifundiários, não tanto por seus objetivos, realmente modestos e limitados, mas por abrir a porta à participação da sociedade na solução de um problema que há séculos é considerado intocável.

4. Por tudo isso, o PT acredita que mesmo os modestos objetivos do Plano Nacional de Reforma Agrária, só serão alcançados com uma ampla mobilização das forças democráticas e progressistas interessadas na Reforma Agrária, em especial dos trabalhadores rurais.

Neste sentido, o PT considera essencial neste momento a união de toda a sociedade brasileira em um movimento pelo desencadeamento da REFORMA AGRÁRIA JÁ. Ao mesmo tempo, considera que essas forças devem medir cuidadosamente cada um de seus passos tendo em conta que os latifundiários querem utilizar qualquer pretexto para reverter o processo de reforma e manter inalterado o sistema de propriedade territorial.

No momento presente, por exemplo, ao dar-se conta dos objetivos provocadores dos latifundiários, os trabalhadores sem-terra buscam novas formas de manifestar sua aspiração e organizar-se para conquistar a terra. Organizam preferencialmente seus alistamentos de pretendentes a lotes e suas comissões para pressionar as delegacias do INCRA, as prefeituras, os órgãos legislativos e outras instituições envolvidas no processo da reforma.

O PT apóia decididamente essas formas de luta pois são adequadas, no momento, à acumulação de forças.

5. O PT considera essencial que esse movimento tenha amplitude nacional. Essa é a única maneira de enfrentar eficazmente a articulação nacional dos latifundiários. Por isso mesmo, considera indispensável concentrar esforços, nesta primeira etapa, no processo de desapropriação dos latifundiários improdutivos os quais deverão ser indenizados com títulos da dívida agrária de acordo com o valor declarado para fins de tributação, resgatáveis em prazo compatível com as possibilidades da Nação. Ao mesmo tempo é de opinião que os setores produtivos, particularmente os pequenos e médios produtores rurais, devem ser poupados de qualquer processo expropriatório e ter expressamente garantidas suas propriedades.

6. Em resumo, o PT propõe a todas as forças pró-reforma agrária – partidos políticos, igrejas, sindicatos e a sociedade em geral – e em especial aos trabalhadores rurais pequenos e médios proprietários, arrendatários, posseiros e assalariados agrícolas:

- 1º. Realizar uma ampla campanha nacional de esclarecimento e mobilização a favor de uma Reforma Agrária ampla, massiva e imediata;
- 2º. Tomar como forma de ação imediata a formação das comissões de Reforma Agrária, com a ampla participação dos trabalhadores rurais, para alistamento dos pretendentes à terra, para levantamento das terras passíveis de desapropriação e redistribuição e para discussão dos problemas referentes à realização concreta da Reforma;
- 3º. Pressionar o Governo para iniciar imediatamente o processo de desapropriação e redistribuição das terras dos latifúndios improdutivos através das comissões de Reforma Agrária, mantendo o prazo improrrogável de 1º de setembro para iniciar a aplicação efetiva das medidas de reforma.

Certos de que estas são medidas indispensáveis para o desencadeamento de uma verdadeira reforma da estrutura fundiária, o PT chama todas as forças interessadas a discutir sua execução par que juntos apóiem as lutas e aspirações dos trabalhadores rurais, tendo em vista, inclusive, a elaboração de uma nova lei de Reforma Agrária.

São Paulo, 28 de junho de 1985.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Comissão Executiva Nacional do  
PARTIDO DOS TRABALHADORES

## **O PT E A REFORMA AGRÁRIA: CRÍTICA À LINHA ADOTADA**

**Por Victor Nascimento Meyer**

Tomamos como referência dois documentos: “O PT E A Reforma Agrária (Proposta)” e “Proposta do PT em relação ao PNRA”, este último assinado por Lula.

A crítica se dirige contra dois aspectos dos referidos textos: 1. – A interpretação do conteúdo e objetivos do PNRA; e 2. – A linha indicada como tática do PT frente ao problema, no momento atual.

### **1. O PNRA: conteúdo e objetivos**

A proposta defendida pelos dois textos citados parte dos seguintes argumentos: que o processo de “modernização” do latifúndio no Brasil, ocorrido ao longo das três últimas décadas, e especialmente durante o período da ditadura militar, não foi levado até o fim; que hoje parte da burguesia sente necessidades de ordem econômica, de mercado e de custos de produção, de realizar uma reforma agrária; que nas condições atuais da economia brasileira a ampliação do mercado interno só pode ser realizada através da incorporação massiva dos camponeses sem terra à produção; que essas necessidades da burguesia explicam os compromissos da Aliança Democrática em relação à reforma agrária, e conseqüentemente explicam o lançamento do PNRA; e que, em resumo, há um conjunto de forças democráticas e progressistas interessadas na reforma agrária, incluindo-se neste conjunto aquela parte da burguesia que fez passar, através da Aliança Democrática, o atual PNRA.

Discordamos dessas teses, exceto quanto à consideração de que a modernização do latifúndio durante a ditadura militar não foi levada até o fim.

Antes de entrarmos no mérito da discussão, uma ressalva a propósito da suposta opção de parte da burguesia a favor da reforma agrária: uma reforma agrária poderia, por hipótese, ser a solução mais adequada para resolver certos problemas urgentes da burguesia brasileira hoje. Mas o fato de ser uma solução adequada aos problemas de hoje não basta para fazer da reforma agrária uma necessidade concreta e uma reivindicação prática da

burguesia, muito menos uma diretriz governamental. Referências históricas diversas poderiam ser lembradas para ilustrar a situação: por exemplo, no período de ascensão do capitalismo na Inglaterra, quando o empresário rural capitalista era forçado a transferir parte da mais valia acumulada para o latifundiário, a título de pagamento da renda da terra, economistas burgueses chegaram a defender a propriedade estatal da terra. Marx, Kautski e Lênin abordaram o problema, considerando a nacionalização da terra uma medida “democrático-burguesa conseqüente”. No entanto, a burguesia jamais levantou a bandeira da estatização da terra como palavra de ordem prática, não obstante as vantagens teóricas e o caráter conseqüente que a medida representaria para o desenvolvimento capitalista. No Brasil, temos assistido a um fenômeno semelhante: no que pesem as vantagens que uma reforma agrária traria para a produção industrial, a via adotada pela burguesia para modificar a situação do campo tem sido bem outra.

Aqui queremos defender o ponto de vista (contrário aos dois textos em debate) de que a alternativa encontrada pelas classes dominantes, nos últimos 30 ou 20 anos, para as transformações capitalistas no campo brasileiro, firmou raízes históricas. Não passando de mera especulação a tese de que hoje a burguesia ou “parte” dela, estaria interessada numa mudança de rota, preferindo substituir alternativas já tradicionais pelos polêmicos caminhos da reforma agrária. Queremos aqui defender o ponto de vista de que o PNRA não representa de fato um plano de reforma agrária, não passando de ilusões essas colocações segunda as quais os trabalhadores poderiam contar com aliados (embora tímidos) nas fileiras da burguesia, bem como no novo Plano governamental, para a realização da referida reforma.

Um dos problemas existentes nos dois textos em debate é que eles tocam apenas de passagem num ponto fundamental para a presente discussão: o problema do alcance das transformações efetivamente ocorridas na agricultura brasileira durante a ditadura militar. Ao tocar apenas de passagem no fenômeno da modernização do latifúndio, e ao esgotar o assunto apenas afirmando que o processo não chegou até o fim, os textos citados passem ao largo de uma constatação inevitável: que as transformações ocorridas, do ponto de vista do capitalismo, representaram um êxito e produziram mudanças qualitativas na estrutura agrária brasileira. É verdade que o processo criou situações novas e novos pontos de estrangulamento, mas isto não anula o fato histórico de que as transformações realizadas

foram, do ponto de vista capitalista, bem sucedidas, levando a saltos qualitativos, e esta circunstância há de ter importantes conseqüências no posicionamento da burguesia, ao se defrontar esta classe com o problema atual de encontrar formas para dar continuidade ao processo de transformações no campo.

Mediante drástica intervenção do estado, o capitalismo forçou a modernização do latifúndio, afastou para um segundo plano as heranças coloniais que até começos da segunda metade deste século caracterizavam a realidade rural brasileira; introduzindo a mecanização e as técnicas modernas, criou a empresa agrícola que age sob a ótica do cálculo capitalista, sendo ela hoje a unidade produtiva básica que dá a tônica da vida rural do país. De tal monta foram as mudanças ocorridas que a produção rural brasileira pôde dar importante contribuição na fase de expansão capitalista dos anos setenta, seja obtendo divisas, seja produzindo para o mercado interno. Conseqüência desses saltos qualitativos foi o deslocamento do peso específico das classes na coligação dominante, uma vez que os latifundiários ligados ao antigo “status quo” passaram a segundo plano.

O fenômeno, tal como se deu, levou à concentração da terra e não à reforma agrária, antes tida como única saída possível para o capitalismo. O fenômeno desmentiu as hipóteses levantadas em passado já distante pelos economistas da Cepal e mesmo por grande parte da esquerda brasileira, que davam conta de um estrangulamento no sistema somente superável mediante reformas sociais (a reforma agrária à frente) que afinal não se deram. Entre os escritores anti-reformistas, nomes conhecidos como o de Rui Mauro Marini estão associados à antiga tese da “rigidez da oferta” no campo, e no entanto a expansão da produção havida nesses anos e décadas revelaram, na realidade, uma expansão da oferta de produtos do campo para os mercados capitalistas. A modernização se deu através da concentração da propriedade da terra, e não através da sua redivisão.

Depois de duas décadas de profundas transformações na agricultura brasileira, que foram também transformações sociais, seria agora altamente improvável que a burguesia, ou “parte” dela, fosse ignorar a experiência acumulada neste longo período, e os fatos consumados de grande alcance que foram criados e cristalizados em forças materiais; seria altamente improvável que a burguesia pudesse agora ignorar esta realidade preferindo um reencontro com o passado, voltando a se sensibilizar pela perspectiva da reforma agrária.

Derrotados pela história dos idos de 64, os cepalinos estariam agora alcançando uma espécie de revanche póstuma. Tudo isto soa irreal. A verdade do PNRA é outra.

O PNRA visa resolver os pontos de estrangulamento resultantes dos 20 anos de transformações realizadas sob a égide da política agrícola da ditadura militar. Apesar do nome, de plano de reforma agrária, que não passa de uma mistificação, e apesar da fraseologia empregada no texto, o PNRA é apenas uma nova política agrícola, voltada para os novos problemas, indicando aliás uma consciência bastante clara dos ideólogos burgueses hoje no governo acerca das tarefas impostas com o esgotamento da ântica política agrícola.

Os pontos de estrangulamento visados pelo PNRA são s seguintes:

1. A política agrícola da ditadura militar tinha no crédito rural subsidiado o seu principal instrumento. Mas a eficácia do crédito rural subsidiado começou a cair a partir de certo momento do processo. Tornou-se um dos fatores alimentadores da inflação ascendente, cujo combate passa a ser um dos objetivos da política econômica nos últimos anos. Ao mesmo tempo, o dinheiro fácil e barato colocado à disposição dos produtores rurais fez com que estes, a partir de certo ponto do período em questão, passassem a desviar recursos próprios para atividades especulativas. Inclusive para aquisição de terra como reserva de valor, sem qualquer finalidade produtiva. Neste contexto, tornado mais nítido a partir de meados de 1980, com a eclosão da crise econômica propriamente dita, o crédito rural subsidiado perde sua anterior eficácia como instrumento de modernização da produção no campo.

2. Surgem problemas novos ao longo das fronteiras agrícolas. A política agrícola da ditadura militar havia estimulado o deslocamento das fronteiras produtivas através da abertura de estradas e da criação de órgão de fomento ao desenvolvimento regional. Exemplo principal foi a transformação da fisionomia da região amazônica, a partir da abertura de estradas e da criação da SUDAM. No Sul do Pará, no Norte de Goiás e do Mato Grosso, no Acre e Rondônia, cresceu enormemente o número de migrantes, chegados das mais diversas regiões do país. Simultaneamente à chegada dos migrantes, que se tornavam

em posseiros, afluía também o grande capital, buscando expandir-se na ocupação dos espaços abertos pelos investimentos estatais em infraestrutura e pelo crédito fácil. Criou-se assim uma “terra de ninguém”, onde as regras do jogo se faziam na base do vale tudo, sem qualquer regulamentação jurídica séria. Os conflitos cresceram e tornaram-se agudos, caracterizando uma zona de crescente instabilidade. A política agrícola existente carecia de instrumentos para organizar a expansão das fronteiras, e este fato se tornou crítico com o passar do tempo.

3. Ao priorizar certos produtos e certas regiões como alvos do processo de transformações, a política agrícola da ditadura militar deixou a descoberto certas regiões do país – notadamente o Nordeste – e nestas regiões as estruturas seculares herdadas do período colonial sobreviveram em grande medida, criando focos especiais de tensão social e, sobretudo (do ponto de vista capitalista), reduzindo as oportunidades para a acumulação do capital. Considerando que a acumulação do capital é um fenômeno expansivo por natureza, mais cedo ou mais tarde os capitalistas iriam voltar os seus olhos para a região até então mantida em segundo plano. Esgotada a política agrícola da ditadura militar, o problema do Nordeste teria que ser enfrentado pelo novo governo.

\*\*\*\*\*

A Nova República, desde o seu nascedouro, tinha à sua frente o desafio de reavaliar a política agrícola, estabelecendo novas medidas capazes de recuperar no campo brasileiro o ritmo transformador outrora existente nas fases áureas da ditadura militar. Neste sentido, os poderosos interesses daquele empresariado rural que mais força adquiriu junto ao poder público, justamente aquele empresariado rural fortalecido sob o signo da política agrícola da ditadura militar, haveriam de se fazer sentir. Na elaboração dos acordos com vistas ao novo Plano governamental, o empresariado rural centrado na região produtiva do Sul-Sudeste do país haveria de fazer valer seu peso social e político, projetando para o futuro a sua própria experiência. Por isto o PNRA tem a característica congênita de encarar os novos problemas à luz das transformações sociais ocorridos sob a ditadura militar. Há



inovações diversas, como não poderia deixar de ser, visto que os problemas principais são outros, mas o movimento social que o PNRA visa desencadear guarda uma profunda semelhança com o já caracterizado processo de modernização do latifúndio dos últimos 20 anos.

O PNRA pretende: 1. Forçar os velhos latifundiários improdutivos, os que sobreviveram às pressões da política agrícola da ditadura, a se modernizar; o capital visa aqui os santuários nordestinos mantidos parcialmente intocados pelos velhos latifundiários; 2. Combater as práticas especulativas que fazem a pose da terra uma reserva de valor, prejudicando seriamente o cálculo capitalista; o capital visa aqui, especialmente, todas as áreas valorizadas pelos investimentos já feitos em matéria de infraestrutura; 3. Ordenar juridicamente a ocupação da terra, combatendo os métodos fraudulentos da grilagem, que têm trazido perigosos embaraços à manutenção da ordem social no interior do país; 4. Criar condições para a sobrevivência seletiva (racionalização) da pequena propriedade rural. Aqui cabe um parêntesis: a pequena propriedade efetivamente se multiplicou nas últimas décadas, lado a lado com o processo da concentração da propriedade. Especialmente em determinadas regiões, como em certas áreas do Sul, no Nordeste e ao longo das fronteiras agrícolas. A preocupação do PNRA com a pequena propriedade não visa outra coisa senão a racionalização de uma situação já existente e de uma tendência em andamento que não é estranha ao modo como tem se dado a penetração do capitalismo no campo. A racionalização econômica da pequena propriedade aparece no PNRA como o desenvolvimento de uma diretriz esboçado no Estatuto da Terra. No PNRA, tanto quanto no Estatuto da Terra, a preocupação com a pequena propriedade se dá sem prejuízo do “modelo” calcado na concentração da terra e na expansão da grande empresa agrícola moderna.

Superando o instrumento “por excelência” da velha política agrícola, quais os novos instrumentos que o PNRA estabelece? Em primeiro lugar, a pressão política pura e simples. O PNRA ameaça desapropriar os latifúndios improdutivos e submete-los a uma reforma agrária – mas num período de 15 anos. No seu 1º ano de execução, o plano atingirá uma área inexpressiva a ser repartida entre 100.000 trabalhadores sem terra. Deste modo, o governo passa a ter à sua disposição um poderoso instrumento de pressão sobre os latifundiários à antiga e sobre os especuladores, visando forçá-los a ativar suas

propriedades. A ameaça da desapropriação pesará sobre as cabeças desses setores das classes dominantes durante pelo menos 15 anos. Especialmente as áreas improdutivas situadas em regiões onde o Estado já realizou investimentos em infraestrutura, especialmente estas áreas estarão sob o tãção estatal, e o PNRA as define explicitamente como prioritárias. Os improditivos serão, desse modo, pressionados fortemente a se modernizar, o que poderão fazer por iniciativa própria, tornando-se empresários produtivos, ou simplesmente arrendando suas terras a capitalistas outros, que queiram fazê-lo. Em qualquer dos dois casos, passarão a salvo da ameaça governamental, e os objetivos do Plano estarão sendo alcançados.

A ameaça e a pressão política como instrumento para forçar a modernização do latifúndio e para deter a especulação com a terra se constitui no eixo da nova política burguesa para o campo. Esta política revela, entre outras coisas, o deslocamento de forças ocorrido dentro da coligação das classes dominantes. O PNRA mostra a existência de um núcleo forte de capitalistas industriais e rurais em condições de pressionar diretamente o setor, já em segundo plano, de velhos latifundiários renitentes à modernização. O processo de transformações, acelerado durante a ditadura militar, tende agora a se concluir à imagem e semelhança do ocorrido nas últimas décadas. Os instrumentos é que mudaram. O crédito subsidiado perdeu a eficácia. A burguesia usa outros instrumentos. E as áreas prioritárias também são outras – agora incluem o Nordeste e as novas regiões abertas com o deslocamento das fronteiras agrícolas.

O PNRA introduz uma ênfase mais definida, se comparado com a política agrícola da ditadura, com a pequena propriedade. Como já foi dita mais acima, a proliferação da pequena propriedade não foi fenômeno estranho ao “modelo” implantado nas últimas décadas. Os dois fenômenos – a concentração da terra e a proliferação da pequena propriedade – andaram simultaneamente, chegando certos estudiosos do assunto, como Otavio Ianni, a caracterizar uma “reforma agrária espontânea” durante a década de setenta, nas regiões de fronteira agrícola. A nova política enfrenta uma situação de fato e uma tendência, e visa a racionalização da pequena propriedade; visa a definição de um papel para ela, no contexto de uma divisão nacional da atividade produtiva, sem prejuízo da expansão daquela que é a base de sustentação da produção capitalista no campo brasileiro: a grande empresa agrícola mecanizada.

A preocupação com a pequena propriedade não é novidade na tradição da política agrícola das últimas décadas, e por si só não representa uma opção pela reforma agrária. Se o PNRA fala em reforma agrária e em mudança da estrutura fundiária do país (através de uma reforma agrária) isto fica por conta da necessidade que tem a Nova República de ampliar sua base de sustentação, dentro do objetivo de selar o propalado “pacto social”. O PNRA é um exemplo de discurso conservador no conteúdo, porém radical na forma. E a grita de protestos que gerou partia muito mais de setores secundários das classes dominantes, os velhos latifundiários e os especuladores, enquanto os empresários produtivos se contentaram com os esclarecimentos oficiais quanto à intocabilidade da propriedade produtiva. Ao que parece, os proprietários produtivos não gostaram dos arroubos de linguagem e da fraseologia radical do PNRA. De resto o apóiam, e provavelmente a redação final do texto será depurada desses excessos iniciais.

Os dois textos em debate fazem referências pouco claras quanto ao caráter da gritaria dos “contra”. Quem são os “contra”? É sintomático que não tenha entrado no coro dos “contra” nenhum porta-voz importante das forças armadas. Pelo contrário, oficiais de prestígio vieram a público mostrar seu apoio às metas ministeriais. É certo que o general Euclides Figueiredo prestou declarações em contrário. Mas este general, que já teve força no passado, e que eventualmente poderá recupera-la no futuro, hoje é voz isolada. É contra o PNRA, mas do mesmo modo como é contra Brizola e contra a legalização dos PCs. Os “contra” são setores hoje subalternos das classes dominantes. São os latifundiários antigos, em franco declínio econômico, social e político, e os especuladores. Estes últimos podem incluir elementos da grande burguesia, interessados em aproveitar oportunidades, mas ao demonstrarem esta preferência pela especulação estão contrariando os interesses do conjunto da sua classe, e não encontrarão respaldo social na burguesia como um todo. O núcleo dominante, o núcleo forte, apóia o PNRA.

Os dois textos em debate interpretam o PNRA como se fosse realmente um plano de reforma agrária, ainda que tímido, e evoca a existência de uma ampla gama de forças sociais interessadas na reforma agrária, incluindo-se aí “parte” da burguesia. Trata-se de uma ilusão, teoricamente sustentada nesta suposta necessidade burguesa quanto a uma reforma agrária, vista como “único” (sic) caminho para a ampliação do mercado interno no país. Interpretando as coisas deste modo, o PT semeia ilusões quanto ao caráter do PNRA e

quanto à aliança de forças nas quais os trabalhadores podem efetivamente confiar. [A reforma agrária]Terá que ser conseguida numa luta contra a burguesia em seu conjunto. Quanto ao PNRA, este visa apenas a modernização do latifúndio e a racionalização da pequena propriedade capitalista. Do ponto de vista dos trabalhadores, não há porque considerar “um avanço” um plano que não visa outra coisa senão completar, levar adiante, a obra da política agrícola da ditadura militar, à imagem e semelhança do que ocorreu nos últimos 20 anos.

## 2. A TÁTICA PROPOSTA PARA O PT

O texto de proposta afirma que o PNRA “descongelou” a questão agrária, que ele voltou a despertar esperanças no meio do campesinato sem terra, e que estes últimos, frente à ofensiva dos contra, preferiam recuar para uma atitude momentaneamente mais prudente. Daí fundamenta uma proposta de alistamento de trabalhadores para a reivindicação da divisão da terra, levando em conta as diretrizes do PNRA.

Esta avaliação apresentada pelos textos em debate contém uma superestimação do significado e da repercussão do PNRA entre os trabalhadores. É certo que o PNRA motivou e continua motivando muita discussão entre as lideranças, inclusive gerando inúmeros pronunciamentos favoráveis a ele, em reuniões sindicais realizadas em diversos níveis. Estas manifestações favoráveis, diga-se de passagem, refletem uma ilusão quanto ao Plano. No entanto, o que mais interessa frisar aqui é as manifestações sociais no campo precedem o PNRA; elas vinham crescendo ou pelo menos se mantendo vivas nos últimos anos, seja a partir dos sem terra que reivindicam (e ocupam) terras, seja da parte dos assalariados rurais. Portanto, a questão agrária já estava “descongelada” desde muito antes do PNRA. Os dois Congressos rurais realizados este ano, o dos sem terra no Paraná e o Congresso de Brasília, por exemplo, foram convocados e preparados antes do PNRA.

Por outro lado, é amplamente questionável a constatação de que o movimento social no campo assumiu atitude de prudência frente à ofensiva reacionária dos “contra”. Porque o movimento social segue em sua dinâmica própria, e as notícias de conflitos violentos e confrontos entre posse e grileiros continuam como antes, sem que se possa registrar nenhum indício seguro de que tenham sofrido qualquer arrefecimento.

A proposta de formar grupos de alistamento, ela em si mesma, não comporta crítica, uma vez que, em determinadas condições, especialmente em área de pouca tradição de lutas, pode ser útil para o desencadeamento de lutas. O grande problema, porém, está em lançar esta proposta como única alternativa prática para o momento atual. Detendo-se nesta mera proposta de formar grupos de alistamento os textos em questão se colocam aquém da dinâmica espontânea das lutas sociais no campo. Ao se limitar a propor os alistamentos, os textos desencorajam a ocupação da terra, que afinal é uma forma de luta criada e difundida pelos próprios trabalhadores sem terra, a partir de suas iniciativas próprias. Os documentos não poderiam ter deixado de colocar, ao lado da proposta (complementar) de formação de grupos de alistamento, que o PT apóia desde já a ocupação da terra, mesmo levando em conta a gritaria e o armamento (aliás já tradicional) dos “contra”. Além do mais, se a proposta prática ser limitada ao alistamento, a luta dos sem-terra fica condicionada ao PNRA. O que é tanto mais prejudicial se se considera que o PNRA, no que se refere á expectativa que abre quanto á distribuição de terra aos camponeses, não passa de um embuste.